



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

10/12/2015 ATÉ 10/12/2015



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 SITE O QUARTO PODER.....	1
2	PARCERIAS	
	2.1 BLOG JOHN CUTRIM.....	2
	2.2 BLOG MARCO DEÇA.....	3
3	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	3.1 IMIRANTE.COM.....	4
4	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	
	4.1 SITE CNJ.....	5
5	VARA CRIMINAL	
	5.1 IMIRANTE.COM.....	6
6	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	6.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	7
	6.2 BLOG RONALDO ROCHA.....	8
	6.3 BLOG ZECA SOARES.....	9

Audiência pública discute situação da feira da Cidade Operária

Adriano coordenou audiência pública com feirantes na Cidade Operária / Foto: De Jesus|

O Estado - Os feirantes da Cidade Operária já comemoraram a liminar que obriga o Governo do Estado a reformar o principal mercado público do bairro. Ontem, eles voltaram a se reunir, no auditório da Escola São José Operário, com a Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa, para discutir outros pontos, que ainda ficarão por resolver, mesmo que a feira seja entregue completamente renovada. "O que queremos é resultado. Já conseguimos alguns, mas vamos conquistar mais. Essa audiência discute alguns dos maiores problemas da feira e vamos cobrar dos poderes públicos as soluções", ressaltou o presidente da Comissão, deputado Adriano Sarney (PV).*

Adriano Sarney esteve na audiência acompanhado do deputado Wellington do Curso (PPS) e contou ainda com a presença de representantes do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae-MA), Prefeitura de São Luís, Governo do Estado e os feirantes.

Esta foi a terceira audiência pública realizada pela comissão, para discutir exclusivamente o problema de um dos maiores mercados públicos do estado.

Adriano Sarney chamou a atenção para a falta de segurança no local, fato reclamado por feirantes e consumidores. Ele criticou o fato de a Secretaria de Segurança Pública (SSP) não ter encaminhado nenhum representante à audiência pública. Um membro do 6º Batalhão da Polícia Militar chegou a ir até o local, mas acabou desistindo de participar do evento, por causa do atraso do início das atividades.

Por causa disso, Adriano Sarney afirmou que fará uma nota de repúdio à SSP. "Queremos saber se a força policial do Maranhão está virando as costas para a feira da Cidade Operária. A segurança esta desrespeitando o povo e a Assembleia Legislativa", asseverou o deputado, sob o aplauso dos presentes.

Justiça obrigou Governo a reformar a feira da Cidade Operária

No começo deste mês, o juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou que o Estado do Maranhão tem prazo de 30 dias para divulgar o programa e o cronograma de reforma da feira da Cidade Operária.

Na sentença, o magistrado determinou também ao Estado a previsão, no orçamento de 2016, da verba necessária para a referida reforma. A multa diária, em caso de descumprimento, é de R\$ 2 mil. A decisão judicial atendeu ao pedido de antecipação de tutela em Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual (MP) em desfavor do Estado, em razão da constatação das péssimas condições do mercado.

O resultado da sentença foi divulgado após um grupo de feirantes, liderados pelo deputado Adriano Sarney, realizar uma visita ao juiz e expor todos os problemas vivenciados.

E foram diversas as irregularidades, entre elas a péssima estrutura do prédio principal, falta de limpeza e higiene, dentro e fora do mercado, presença de insetos e demais animais, como ratos, urubus, gatos e cães, acometidos de doenças, esgotos a céu aberto, mau cheiro e a frequência constante de usuários de drogas.

**Com edição do blog*

Gil Cutrim parcela ITBI e vai isentar IPTU para funcionários

O prefeito Gil Cutrim (PDT) encaminhou à Câmara Municipal de São José de Ribamar projeto de lei que beneficia o funcionalismo público da cidade (cargos efetivos, comissionados e aposentados com renda familiar igual ou superior a três salários mínimos) com a isenção total do IPTU na compra de imóveis do 1º Feirão Imobiliário do Servidor Público, iniciativa do Governo do Estado, através do programa "Minha Casa, Meu Maranhão", que acontece neste sábado (12) e domingo (13) no MultiCenter Sebrae, em São Luís.

Por meio de decreto, Cutrim também beneficiou os servidores ribamarenses que irão participar do Feirão com o parcelamento, em até 12 vezes, do ITBI.

Somente para São José de Ribamar, foram disponibilizados mais de quatro mil imóveis, entre novos e já existentes.

O referido projeto de lei será votado pelos vereadores ainda esta semana e deverá ser aprovado.

"Nosso objetivo é facilitar, ao máximo, a vida do servidor que quer transformar em realidade o sonho da casa própria. Trata-se de mais uma ação de valorização do funcionalismo público municipal, que muito nos ajuda a construir uma cidade melhor e mais desenvolvida", explicou o prefeito.

No caso do IPTU, a isenção será válida somente para servidores que não tiverem outro imóvel em seu nome.

Além de comparecer ao Feirão, o funcionário deverá apresentar a seguinte documentação no momento de efetuar o seu cadastro na Secretaria Municipal da Fazenda de São José de Ribamar: declaração de que o imóvel foi adquirido no Feirão do Servidor Público; certidão negativa de débitos.

Em relação ao ITBI, o pagamento poderá ser parcelado em até 12 vezes. O parcelamento concedido implicará o reconhecimento da procedência do crédito e da concordância com base de cálculo adotada.

Qualquer dúvida pode ser esclarecida na SEMFAZ, através do telefone 3224 6825.

Programa - O 1º Feirão Imobiliário do Servidor Público disponibilizará mais de 10 mil imóveis em São Luís, Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias, Balsas e Barreirinhas.

Conta com a parceria do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA); Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário; Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas; Caixa; Banco do Brasil; Bradesco; Corregedoria de Justiça do Maranhão; e os cartórios dos municípios localizados na Ilha de São Luís.

O objetivo é facilitar ao servidor público o acesso à moradia própria e dinamizar o setor imobiliário do Maranhão, com impactos positivos na geração e manutenção de empregos.

Feirão do imóvel: servidores de Ribamar terão isenção de impostos...

Gil Cutrim beneficiou servidores|

O prefeito Gil Cutrim (PDT) encaminhou à Câmara Municipal de São José de Ribamar projeto de lei que beneficia o funcionalismo público da cidade (cargos efetivos, comissionados e aposentados com renda familiar igual ou superior a três salários mínimos) com a isenção total do IPTU na compra de imóveis do 1º Feirão Imobiliário do Servidor Público, iniciativa do Governo do Estado, através do programa "Minha Casa, Meu Maranhão", que acontece neste sábado (12) e domingo (13) no MultiCenter Sebrae, em São Luís.

Por meio de decreto, Cutrim também beneficiou os servidores ribamarenses que irão participar do Feirão com o parcelamento, em até 12 vezes, do ITBI.

Somente para São José de Ribamar, foram disponibilizados mais de quatro mil imóveis, entre novos e já existentes.

O referido projeto de lei será votado pelos vereadores ainda esta semana e deverá ser aprovado.

- Nosso objetivo é facilitar, ao máximo, a vida do servidor que quer transformar em realidade o sonho da casa própria. Trata-se de mais uma ação de valorização do funcionalismo público municipal, que muito nos ajuda a construir uma cidade melhor e mais desenvolvida - explicou o prefeito.

No caso do IPTU, a isenção será válida somente para servidores que não tiverem outro imóvel em seu nome.

Além de comparecer ao Feirão, o funcionário deverá apresentar a seguinte documentação no momento de efetuar o seu cadastro na Secretaria Municipal da Fazenda de São José de Ribamar: declaração de que o imóvel foi adquirido no Feirão do Servidor Público; certidão negativa de débitos.

Em relação ao ITBI, o pagamento poderá ser parcelado em até 12 vezes. O parcelamento concedido implicará o reconhecimento da procedência do crédito e da concordância com base de cálculo adotada.

Qualquer dúvida pode ser esclarecida na SEMFAZ, através do telefone 3224 6825.

Programa

O 1º Feirão Imobiliário do Servidor Público disponibilizará mais de 10 mil imóveis em São Luís, Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias, Balsas e Barreirinhas.

Conta com a parceria do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA); Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário; Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas; Caixa; Banco do Brasil; Bradesco; Corregedoria de Justiça do Maranhão; e os cartórios dos municípios localizados na Ilha de São Luís.

O objetivo é facilitar ao servidor público o acesso à moradia própria e dinamizar o setor imobiliário do

Maranhão, com impactos positivos na geração e manutenção de empregos.

Situação da feira da Cidade Operária é discutida em audiência pública

Adriano coordenou audiência pública com feirantes / Foto: De Jesus, de O Estado do MA|

O Estado - Os feirantes da Cidade Operária já comemoraram a liminar que obriga o Governo do Estado a reformar o principal mercado público do bairro. Ontem, eles voltaram a se reunir, no auditório da Escola São José Operário, com a Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa, para discutir outros pontos, que ainda ficarão por resolver, mesmo que a feira seja entregue completamente renovada. "O que queremos é resultado. Já conseguimos alguns, mas vamos conquistar mais. Essa audiência discute alguns dos maiores problemas da feira e vamos cobrar dos poderes públicos as soluções", ressaltou o presidente da Comissão, deputado Adriano Sarney (PV).

Adriano Sarney esteve na audiência acompanhado do deputado Wellington do Curso e contou ainda com a presença de representantes do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae-MA), Prefeitura de São Luís, Governo do Estado e os feirantes.

Esta foi a terceira audiência pública realizada pela comissão, para discutir exclusivamente o problema de um dos maiores mercados públicos do estado.

No começo deste mês, o juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou que o Estado do Maranhão tem prazo de 30 dias para divulgar o programa e o cronograma de reforma da feira da Cidade Operária.

Na sentença, o magistrado determinou também ao Estado a previsão, no orçamento de 2016, da verba necessária para a referida reforma. A multa diária, em caso de descumprimento, é de R\$ 2 mil. A decisão judicial atendeu ao pedido de antecipação de tutela em Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual (MP) em desfavor do Estado, em razão da constatação das péssimas condições do mercado.

O resultado da sentença foi divulgado após um grupo de feirantes, liderados pelo deputado Adriano Sarney, realizar uma visita ao juiz e expor todos os problemas vivenciados.

E foram diversas as irregularidades, entre elas a péssima estrutura do prédio principal, falta de limpeza e higiene, dentro e fora do mercado, presença de insetos e demais animais, como ratos, urubus, gatos e cães, acometidos de doenças, esgotos a céu aberto, mau cheiro e a frequência constante de usuários de drogas.

O deputado Wellington do Curso, que acompanha os problemas das feiras na capital e participou da audiência, ressaltou ainda que muito desses problemas são efetivamente descaso do poder público. "Comecei a trabalhar desde cedo e, enquanto feirante, adquiri lições que carrego até hoje. Infelizmente, percebemos o descaso da Administração para com as feiras e, por conseguinte, com os trabalhadores maranhenses. É preciso que o feirante tenha um local de trabalho com as condições básicas e o mínimo de dignidade que o permita desenvolver a sua função", destacou.

AL discute problemas da feira da Cidade Operária

O deputado estadual Adriano Sarney (PV), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa, coordenou uma audiência pública nesta quarta-feira (9), no Centro de Ensino São José Operário, no bairro Cidade Operária. O evento serviu para discutir problemas e debater soluções para diversos problemas da feira e mercado da Cidade Operária, que sofre de graves deficiências de gestão, condições sanitárias péssimas e infraestrutura precária.

"O que queremos é resultado. Já conseguimos alguns, mas vamos conquistar mais. Essa audiência discute alguns dos maiores problemas da feira e vamos cobrar dos poderes públicos as soluções", ressaltou o presidente da Comissão, deputado Adriano Sarney (PV).

O parlamentar coordenou a audiência acompanhado do deputado Wellington do Curso (PPS) e contou ainda com a presença de representantes do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae-MA), Prefeitura de São Luís, Governo do Estado e lideranças dos feirantes e lojistas da região.

Da audiência ficou decidido que serão encaminhados ofícios a diversos órgãos públicos para cobrar soluções para os problemas apresentados. Para a Blitz Urbana será solicitada a fiscalização da área de estacionamento do mercado, pois há ocupação irregular de bancas de feirantes e do comércio informal, atrapalhando o fluxo de veículos.

O superintendente do Sebrae, João Martins, propôs a formação de parcerias com os feirantes e lojistas para oferta de cursos de capacitação e qualificação. Da audiência propôs-se ainda analisar a situação da Associação dos Feirantes e, oportunamente, a realização de uma nova eleição de diretoria.

Outra medida a ser tomada será o levantamento de documentos e pendências da Cooperativa dos Feirantes da Cidade Operária junto a órgãos públicos, a exemplo da Secretaria de Gestão e Previdência (Segep).

Além disso, uma comitiva formada por feirantes, assistida pela Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia, vai solicitar audiência com o Comando do 6º Batalhão da Polícia Militar, com o objetivo de cobrar soluções para a falta de segurança na área da feira da Cidade Operária.

No começo deste mês, o juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou ao Estado do Maranhão prazo de 30 dias para divulgar o programa e o cronograma de reforma da feira da Cidade Operária.

Na sentença, o magistrado determinou também ao Estado a previsão, no orçamento de 2016, da verba necessária para a referida reforma. A multa diária, em caso de descumprimento, é de R\$ 2 mil. A decisão judicial atendeu ao pedido de antecipação de tutela em Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual (MP) em desfavor do Estado, em razão da constatação das péssimas condições do mercado.

Foto: Agência Assembleia

Recesso forense suspende prazos na Justiça estadual de 20 de dezembro a 20 de janeiro

SÃO LUÍS - No período de 20 de dezembro de 2015 a 20 de janeiro de 2016, não haverá sessões de julgamento ou audiências no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), câmaras cíveis e criminais (isoladas e reunidas), varas e juizados das comarcas do Estado.

Nesse período, serão suspensos os prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias.

O recesso está previsto no Regimento Interno do TJ-MA (artigo 277), no período anual de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Porém, decisão aprovada pelo Pleno do TJ (Resolução nº 32/2013) estende o período até 20 de janeiro de cada ano, atendendo pedido da Seccional da OAB, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano.

Visando garantir o acesso do cidadão à Justiça e atender às demandas urgentes - habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares - o Tribunal funcionará em sistema de plantão judicial, nas esferas cível e criminal.

A suspensão dos prazos processuais, sessões e audiências não impede a prática de ato processual de natureza urgente ou necessário à preservação de direitos, nem atinge processos envolvendo réu preso, nos autos vinculados a essa prisão.

Apesar de os prazos, sessões e audiências permanecerem suspensos até o dia 20 de janeiro, haverá expediente normal para todos os magistrados e servidores e regular atendimento ao público a partir do dia 4 de janeiro de 2016.

Comarca de João Lisboa inaugura Audiência de Custódia

Divulgação / Assessoria |

JOÃO LISBOA - Uma audiência promovida pela 1ª Vara da Comarca de João Lisboa marcou a inauguração da Audiência de Custódia na unidade. Presidiu a audiência o juiz Marlon Reis que, após analisar os autos, concluiu ser desnecessária a prisão de Rayfran Silva Sousa, preso por porte ilegal de arma.

Na ocasião, o juiz aplicou ao indiciado medidas alternativas à prisão, como apresentar-se uma vez ao mês perante a Secretaria do Juízo; não frequentar bares, boates ou outros estabelecimentos comerciais que explorem a venda de bebidas alcoólicas e não ausentar-se da comarca sem autorização judicial por prazo superior a 15 dias.

A audiência deu continuidade à interiorização do projeto da Corregedoria Geral da Justiça que tem por objetivo a aplicação do disposto no artigo 7º da Convenção Americana dos Direitos Humanos, que determina apresentação imediata do preso em flagrante ao juiz para avaliar as condições e a legalidade da prisão.

Maranhão fecha 11,4 mil acordos durante a Semana da Conciliação

A 10ª Semana Nacional da Conciliação deixou um saldo de 11.499 audiências realizadas e 2.636 acordos homologados no Maranhão. O número de audiências representa 82,38% das 13.959 sessões programadas. Já a soma dos valores dos acordos chegou a R\$ 4,2 milhões. A mobilização, de 23 a 27 de novembro, contou com a participação de 117 unidades judiciais.

Na edição de 2015, foram 22.304 pessoas atendidas, ante 17.383 no ano passado. A participação de magistrados somou 455 em 2015 – em 2014, o número foi de 355. O total de 609 conciliadores neste ano superou os 559 de 2014. O mesmo se deu com os colaboradores – 2.090 em 2015 contra os 1.901 de 2014. Já os juízes leigos tiveram participação maior em 2014, quando somaram 32 – em 2015, foram apenas 8. No estado, os valores homologados também superaram os obtidos na edição anterior, quando atingiram R\$ 3,7 milhões.

A Semana Nacional da Conciliação é uma iniciativa anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada em parceria com Tribunais de Justiça de todo o país. Com o objetivo de disseminar a cultura da paz e do diálogo, a ação promove esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação. Realizadas desde 2006, as campanhas já resultaram em 1,25 milhão de acordos, superando R\$ 7 bilhões em valores homologados.

Araioses - Justiça itinerante leva cidadania a milhares de pessoas

Fazendo cumprir o previsto no artigo 125, § 7º, da Constituição Federal, o Poder Judiciário em Araioses (409Km de São Luís) realiza uma série de ações sociais que levam serviços essenciais à promoção da cidadania. A coordenação dos trabalhos é dos juízes Marcelo Fontenele Vieira (1ª Vara) e Jerusa de Castro Vieira (2ª Vara e diretora do fórum), ambos titulares da comarca. Com o nome “Justiça Cidadã”, o projeto será realizado em cinco etapas e acontece nos dias úteis de 09 a 15 de dezembro.

O objetivo da ação social é garantir a obtenção de documentos como certidão de nascimento, carteira de identidade, alistamento eleitoral, CPF, carteira de trabalho, dentro outros. Os cidadãos também terão acesso a serviços de orientação jurídica prestada por advogados e promotor de Justiça, além de atendimento com psicólogos e assistentes sociais. Em todas as etapas a mobilização acontece das 08h às 16h30.

As ações serão realizadas obedecendo a um cronograma que prevê trabalhos já nesta quarta-feira (09), prosseguindo até o dia 11, sexta. No fim de semana as ações dão uma pausa e voltam a ser realizadas nos dias 14 e 15. Além do Município de Água Doce (10/12), Termo Judiciário de Araioses, Justiça Cidadã deverá chegar aos povoados Carnaubeiras (09/12), Placas (11/12) e Cana Brava (14/12).

Finalizada a etapa no continente, a equipe de trabalho atravessa o mar rumo à Ilha de Canárias, segunda maior do Delta do Rio Parnaíba. Na ilha, a ação acontece no dia 15 de dezembro e finaliza as ações da justiça itinerante. Em Água Doce o evento acontece no Centro Administrativo do município, enquanto nas demais localidades será realizado em colégios.

O projeto Justiça Cidadã tem o apoio do Ministério Público, Junta de Identificação Civil, Viva Cidadão, Ordem dos Advogados, prefeituras de Araioses e Água Doce, além da ONG Maranhense de Defesa do Meio Ambiente. Esse trabalho cooperado reforça a proposta de atuação integrada entre órgãos públicos e sociedade organizada com o propósito de levar dignidade à população de áreas carentes, muitas delas distante dos centros urbanos.

Além dos dois magistrados de Araioses, a equipe de trabalho conta com 01 promotor, 04 advogados, 01 psicólogo, 01 assistente social, 04 servidores da Justiça estadual, 04 servidores da Justiça eleitoral, 02 colaboradores de cartório, 02 servidores do Ministério Público, 02 servidores municipais, 02 servidores do